

Recomeça amanhã votação da reforma da Previdência

Oposição quer exame de cada uma das 200 emendas pela Comissão de Justiça, mas governistas defendem a votação das propostas por assunto – o que daria 15 itens. Líder do governo e relator admitem negociar pontos do projeto apenas no Plenário

Página 3



Projeto contra a lavagem de dinheiro

A Comissão de Assuntos Econômicos pode votar amanhã projeto de Antonio Carlos Valadares que apresenta inovações para o combate à lavagem de dinheiro. Entre as novidades, a inclusão do financiamento do terrorismo, da contravenção e do tráfico de seres humanos como antecedentes à prática da lavagem de dinheiro.

Página 5



CRIANÇAS DESAPARECIDAS

Cerca de 20 mil ocorrências de desaparecimento de crianças e adolescentes são registradas nas delegacias brasileiras a cada ano. Você pode ajudar a reduzir o problema, como informa hoje o **Especial Cidadania**

Página 8

Relator da reforma tributária será conhecido hoje

O presidente da CCJ, Edison Lobão (foto), vai anunciar hoje o relator da reforma tributária na comissão. Lobão disse que ainda não se decidiu, apesar de mais de um partido haver reivindicado a relatoria. O texto da proposta, aprovado na Câmara, foi entregue na quinta-feira ao presidente do Senado, José Sarney.



José Cruz

Página 3

Necessidades especiais em audiência

A Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais tem audiência pública na quarta-feira, às 18h, para discutir os recursos orçamentários destinados pela União a programas e projetos de atenção a essa parcela da população. Paulo Daniel Barreto Lima, diretor do Departamento de Programas de Gestão do Ministério do Planejamento, é o convidado a falar sobre o tema.

Na última reunião da subcomissão, ocorrida em 20 de agosto, ficou estabelecido um cronograma de atividades, que inclui audiências públicas com representantes dos Ministérios da Saúde e da Assistência Social. A subcomissão, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), é presidida por Flávio Arns (PT-SC).

24,6 milhões têm deficiência

O último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2000, revelou que 14,5% da população brasileira são portadores de pelo menos uma das deficiências investigadas pela pesquisa. A maior proporção está no Nordeste (16,8%) e a menor, no Sudeste (13,1%). Em números absolutos, são 24,6 milhões de pessoas portadoras de alguma necessidade especial. Desse total, 13,2 milhões são mulheres e 11,4 milhões são homens, a maioria com problemas visuais. Dos 9 milhões de portadores de deficiência que trabalham, 31,5% estão no setor de serviços ou no comércio.

Agenda

Petrobras receberá homenagem no Plenário



A sessão de hoje, com início às 14h30, destina-se a comunicados da Mesa e pronunciamentos dos parlamentares. A prioridade da ordem do dia da sessão de amanhã, marcada para o mesmo horário, é a votação de duas medidas provisórias (MPs nºs 125/03 e 126/03) que estão trancando a pauta de votação. Na quinta-feira, o Plenário comemora os 50 anos da Petrobras, por iniciativa da senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

TV Senado exhibe entrevistas com senadores

A TV Senado exhibe hoje, às 19h30, no programa *Cidadania*, debate entre o senador Paulo Paim (PT-RS) e a historiadora Wânia Santa'na sobre assimetrias

raciais. Às 20h30, vai ao ar entrevista com Jonas Pinheiro (PFL-MT) sobre o encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Cancún, no México.



Apoio a pessoas deficientes é tema de audiência

Na quarta-feira, às 18h, a Subcomissão dos Portadores de Necessidades Especiais, presidida pelo senador Flávio Arns (PT-PR), promove audiência pública. O objetivo é discutir o planejamento financeiro e organizacional dos

diferentes ministérios e a carência das pessoas portadoras de necessidades especiais. Estará presente o diretor do Departamento de Programas de Gestão do Ministério do Planejamento, Paulo Daniel Barreto Lima.

Subcomissão da Amazônia pode ouvir Celso Amorim

Amanhã, a partir das 10h, a Subcomissão da Amazônia se reúne para votar requerimento do seu presidente, senador Jefferson Péres (PDT-AM) – foto –, solicitando a convocação do ministro das Relações Exteriores, Celso



Amorim, para debater o Tratado de Cooperação Amazônica e suas implicações diretas e indiretas para o desenvolvimento da região. A subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Relações Exteriores.

Exposição e lançamento de vídeo

Dentro das comemorações dos 180 anos do Parlamento, será aberta amanhã, às 11h, na Senado Galeria – entre o Edifício Principal e o Anexo I –, exposição do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). Na oportunidade, haverá o lançamento do vídeo sobre a história do Brasil, baseado no livro *Aos Trancos e Barrancos*, do ex-senador Darcy Ribeiro.



Portador de deficiência

A Comissão de Assuntos Sociais vota na quinta-feira, às 10h, projeto (PLS nº 313/99) que autoriza o Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por atendimento a portadores de deficiência física. A pauta inclui ainda o PLS nº 32/02, que concede passe livre à pessoa portadora de deficiência, comprovadamente carente, nos vãos interestaduais.

Informática aplicada

O 8º Encontro Nacional de Informática Aplicada ao Legislativo, dirigido aos servidores públicos dos legislativos federal, estaduais e municipais, será realizado nos dias 8, 9 e 10 de outubro, no Hotel Nacional, em Brasília. Paralelamente, será promovida a 7ª Feira de Produtos e Soluções em Informática. Informações pelo telefone (61) 348.8390.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



Roosevelt Pinheiro

SUPERAÇÃO Evento revela exemplos de vida de pessoas com deficiência, destaca Arns

Flávio Arns elogia mostra de filmes

Observando que incluir o portador de deficiência na sociedade não significa apenas aceitar sua condição, mas criar meios para que ele usufrua uma cidadania plena, o senador Flávio Arns (PT-PR) elogiou a recente realização, em Brasília, da 1ª Mostra Internacional de Filmes sobre Deficiência.

– Essa mostra, que tem o nome bastante revelador de “Assim Vivemos”, foi inspirada em um festival alemão de mesmo nome, dedicado às questões de integração social e expressão artística dos portadores de necessidades especiais – disse o parlamentar.

Ao referir-se aos filmes e vídeos exibidos na mostra, que abrangeu ficção, documentários e animações, acompanhados de debates, Flávio Arns explicou que não são obras que expõem histórias de fraquezas ou que induzam às lágrimas.

– São, antes, importantes registros de superação de barreiras, de construção de estratégias de sobrevivência. São histórias de bravura, de exploração de limites, que incluem momentos de alegria, comichidade e tristeza – afirmou.

Diversas situações

O parlamentar disse ainda que a variedade das situações registradas foi notável, indo de portadores de deficiências congênitas, com diversos graus de gravidade, aos que adquiriram limitações em decorrência de acidentes, chegando aos atingidos pelas dificuldades decorrentes do próprio processo de envelhecimento.

Na opinião de Flávio Arns, em Brasília repetiu-se o sucesso que o evento já conquistou no Rio de Janeiro. Ele disse esperar que os organizadores da mostra, Lara Pozzobon e Gustavo Aciole, consigam levá-la a outras cidades.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Efraim chama governo "de volta à razão"

Ao considerar que a reforma da Previdência "merecia uma discussão mais aprofundada, sem o açodamento que caracterizou a tramitação da proposta de emenda à Constituição na Câmara dos Deputados", o senador Efraim Morais (PFL-PB) conclamou os senadores a porerem "um paradeiro nesta gestão inconseqüente da coisa pública, chamando o governo federal de volta à razão".

Como Casa revisora, acrescentou, cabe ao Senado lembrar que as decisões administrativas têm efeitos de longo prazo e que "a maior parte das alterações nos regimes previdenciários já aconteceu no governo Fernando Henrique, por meio da Emenda à Constituição nº 20, de 1998".

Essa emenda vai gerar uma situação mais equilibrada tanto no Regime Geral da Previdência Social quanto nos diferentes regimes especiais do serviço público, observou Efraim. Para ele, a maior parte dos problemas da Previdência decorre da situação econômica do país, "que restringe o crescimento dos salários e, conseqüentemente, das contribuições".

Na opinião do senador, nenhum Estado moderno pode prescindir da qualidade de seus recursos humanos, de modo que é "um erro estratégico, e também de justiça, colocar na berlinda de forma tão arbitrária o setor público".

Em crítica ao governo e à imprensa, pela "perversidade" com que tratam os regimes de aposentadoria do setor público, Efraim disse que o mais peculiar a esses regimes é que, ao contrário do Regime Geral da Previdência Social, "as condições de aposentadoria, valores de proventos e arrecadação são estabelecidos de maneira unilateral pelo governo".

CCJ pode concluir amanhã a votação da Previdência

Oposição pede exame de cada um dos 200 destaques, mas governistas querem agrupar emendas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode terminar amanhã a votação da reforma da Previdência, iniciada na última quarta-feira. Já foi aprovado o parecer do relator Tião Viana (PT-AC), que rejeitou todas as emendas, mantendo o texto aprovado pelos deputados. Isso fez com que os senadores inconformados apresentassem requerimentos pedindo a votação em destaque de exatas 200 emendas.

Os partidos de oposição (PFL-PSDB-PDT) querem que sejam votadas uma a uma as emendas em destaque, mas o líder do governo no Senado,



MUDANÇAS Mercadante admite negociar quatro pontos da reforma, mas só em Plenário

Aloizio Mercadante (PT-SP), informou que as propostas serão agrupadas por assunto – cerca de 15. Com isso, se rejeitada uma das emendas, o grupo todo ficaria prejudicado.

Os opositores ponderam que os destaques podem tratar

dos mesmos itens, mas seus textos são diferentes e, portanto, têm de ser votados separadamente. Para Mercadante, a oposição quer atrasar ao máximo a reunião da CCJ, dentro de sua estratégia de obstrução que busca levar o governo a negociar mudanças na reforma, ainda em sua tramitação na comissão. Tanto o líder do governo quanto o relator Tião Viana admitem negociar quatro pontos da reforma, mas quando a matéria chegar ao Plenário.

Depois da votação na CCJ, o relatório será lido no Plenário, correndo a seguir um interstício de cinco dias para que a reforma comece a ser discutida, por cinco sessões deliberativas. Os senadores poderão apresentar emendas, o que remeterá a matéria de volta à CCJ. Só depois disso é que a reforma poderá ser votada em primeiro turno no Plenário do Senado.

Arthur Virgílio condena alteração no Regimento

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), manifestou sua indignação diante da idéia que classificou de "esdrúxula e incompatível com a democracia", patrocinada por lideranças do PT, de tentar mudar o Regimento da Casa para "empurrar goela abaixo", sem alterações, o projeto de reforma da Previdência Social.

– O que é isso, petistas? Querem calar as vozes oposicionistas? Não vão conseguir. Nós, os partidos de oposição, somos fortes e não permitiremos. Se houver insistência, vamos partir para a obstrução total a tudo no Senado – garantiu.

Arthur Virgílio afirmou que seu gabinete está entulhado de



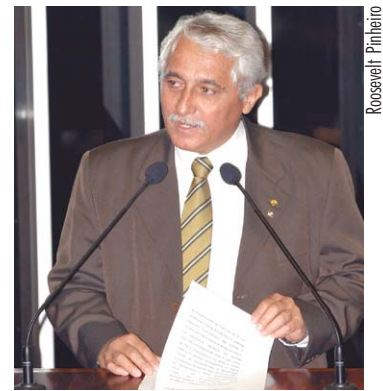
OPOSIÇÃO Arthur Virgílio ameaça promover obstrução "total a tudo no Senado"

correspondências e mensagens eletrônicas mostrando uma nação inquieta. Elas foram enviadas, como exemplificou, por servidores públicos que não

sabem se devem se aposentar proporcionalmente ou continuar trabalhando em busca da aposentadoria integral, e por viúvas que já recebem sua pensão e temem que o redutor de 30% venham a atingi-las. "Tudo é muito triste, ninguém esperava isso do PT, dizem as cartas", relatou o líder.

Biopirataria

O senador pelo Amazonas manifestou, ainda, sua preocupação, com a biopirataria que vem ameaçando a região amazônica. Ele citou a Asahi Foods, multinacional japonesa que insiste em patentear o cupuaçu e o açaí. Segundo ele, há outros exemplos de assalto ao nosso patrimônio vegetal.



REDAÇÃO Proposta aprovada na Câmara tem ambigüidades, alerta Augusto Botelho

Augusto Botelho questiona fundo complementar

Numa análise da proposta de reforma previdenciária em votação no Senado, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) pediu particular atenção para a criação do regime de aposentadoria complementar, destinado aos servidores com remuneração superior ao teto que, pela proposta em discussão, é de R\$ 2.400 para os futuros servidores.

– O perigo consiste em instituir esses fundos complementares de previdência como fundos privados, no sentido de serem geridos por empresas privadas, seguidoras obrigatórias do critério de maximização dos lucros e atreladas às turbulências do mercado – alertou o parlamentar.

Augusto reconheceu que a proposta de reforma enviada pela Câmara ao Senado fala em "previdência complementar de natureza pública", mas ele considera que há ambigüidades cercando essa redação. Isso porque, juridicamente, esses fundos são regidos pelo direito privado e seu patrimônio não pertence ao poder público, mas é privativo dos fundos que os administram.

O senador pediu que a redação adotada para esse texto no Senado "não escancare as portas para interpretações que tragam insegurança aos servidores, como seria o atrelamento do seu futuro às estripulias de uma gestão privada, associada ao jogo bruto do mercado".

Ele se disse inteiramente contrário à instituição, para servidores públicos, de fundos complementares geridos pela iniciativa privada.

– Estaríamos com isso recaído na proposta derrotada no governo anterior e adotando um modelo que já se mostrou pouco seguro em vários países – avisou ele.

Reforma tributária deve ter relator hoje

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), deve anunciar hoje o relator da proposta de emenda à Constituição da reforma tributária, que foi aprovada pela Câmara dos Deputados. Lobão garantiu não ter ainda uma decisão a respeito, apesar de mais de um partido já ter pleiteado a relatoria.

– Não foi definido nenhum nome. Eu não recebi ainda o projeto da reforma tributária. Ele ainda está com a Presidência do Senado, que está

tomando as providências para enviá-lo à Comissão de Constituição e Justiça. Só posso designar o relator depois de receber o projeto.

Lobão disse que o PFL manifestou a intenção de que o indicado seja Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Entre os principais pontos da reforma tributária estão:

– Os impostos de importação e de exportação poderão incidir sobre os serviços.

– Os incentivos fiscais à Zona Franca de Manaus ficam prorrogados por mais dez anos, estendendo-

se até 2023.

– O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que é de competência estadual, poderá recair sobre veículos aéreos e aquáticos, atualmente isentos.

– Os municípios ficam autorizados a instituir uma contribuição para custear serviços de limpeza de vias públicas.

– O governo poderá instituir empréstimos, através de lei complementar, para atender a despesas decorrentes de desastre ambiental, calamidade pública ou guerra.



CRÍTICA Para Efraim, reforma da Previdência está sendo feita de forma açodada

Lúcia Vânia quer combater maus-tratos contra menor

Projeto da senadora torna obrigatória a comunicação de casos de violência contra crianças e adolescentes

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu a tramitação acelerada de seu projeto de lei que torna obrigatória a comunicação, ao conselho tutelar local, de casos de maus-tratos contra crianças e adolescentes.

A proposição, segundo a parlamentar, é uma forma de pressionar professores, trabalhadores de saúde, autoridades policiais e pessoas direta ou indiretamente ocupadas com jovens a denunciar casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos.

O texto da Proposta nº 163/2003 define como maus-tratos as sevícias físicas, a crueldade mental, a negligência e a priva-



ANONIMATO Lúcia Vânia revelou que só 10% dos casos são denunciados

ção de alimentos. A definição foi baseada na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. A senadora entende que o projeto dotará o poder público "de um conhecimento inédito sobre a gravidade do problema dos maus-tratos, podendo daí extrair políticas mais eficazes de prevenção

e controle da violência contra tal faixa de jovens brasileiros".

Lúcia Vânia afirmou que, desde 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a implementação da "conduta de comunicação" desses tipos de maus-tratos aos conselhos tutelares. Mas, passados 13 anos, apenas São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas (SP) e Niterói (RJ) tomaram providências para que o dispositivo fosse cumprido.

A parlamentar citou dados do Ministério da Justiça segundo os quais acontecem no Brasil 500 mil agressões a adolescentes e crianças por ano, média de uma agressão por minuto. O ministério também registra 50 mil casos de violência sexual anuais, mas estima-se que os casos registrados sejam apenas 10% do total.

CAS examina aproveitamento de estágio

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza reunião na quinta-feira, às 10h, para examinar uma pauta de 15 itens, entre eles o projeto (PLS nº 134/2000) que inclui o período de estágio na contagem do tempo de serviço em órgãos públicos e empresas privadas.

Outro projeto a ser analisado (PLS nº 32/2002) garante passe livre a portadores de deficiências, comprovadamente carentes, nos vôos comerciais interestaduais, enquanto o Projeto de Lei do Senado nº 85/2002 inclui os portadores de vírus das hepatites crônicas entre os beneficiários da distribuição gratuita de medicamentos.

A comissão deve deliberar sobre projeto (PLS nº 145/2002) que cria a profissão de agente



PROJETOS Diversas propostas tratando da área de saúde também deverão ser apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais na quinta

comunitário de saúde e sobre Projeto de Lei do Senado nº 313/1999 que autoriza o Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores que tenham dependentes com deficiências físicas,

sensoriais ou mentais. Consta ainda da pauta o PLS nº 75/2002, que obriga os planos de saúde a arcar também com as despesas de transporte de órgãos destinados a transplantes.

Pavan adverte que hospital de Criciúma pode fechar portas

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) apelou ao governo federal em favor do Hospital Regional de Criciúma (SC). Pavan disse que, com um déficit mensal de mais de R\$ 100 mil e uma pendência para receber do Sistema Único de Saúde (SUS) no valor de R\$ 2,1 mi-

lhões, o hospital está prestes a fechar as portas.

– O hospital está para fechar as portas pelo descaso do Ministério da Saúde – afirmou.

Pavan alertou ainda para a situação dos médicos e funcionários do hospital, que estariam com o pagamento em atra-

so e já teriam avisado ao Ministério da Saúde que não farão mais cirurgias não emergenciais pelo SUS. O hospital não recebeu o pagamento de mais de duas mil autorizações de internação hospitalar, equivalentes a mais de R\$ 2 milhões.



Pavan vê descaso do governo

Suplicy pede fim das pressões dos EUA a Cuba

Ao manifestar-se contra o embargo econômico a Cuba, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse em Plenário que, se já é hora de o governo cubano não sofrer mais pressões dos Estados Unidos, também é o momento de o país se democratizar. O senador registrou a importância da visita a Havana, iniciada sexta-feira, do presidente Lula e do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

O senador lembrou o "diálogo fraterno" que o Brasil tem com Cuba e afirmou que é hora de os países da América Latina dizerem aos EUA que chegam de pressões externas, ameaças e embargos ao governo de Cuba. Na sua opinião, porém, o Brasil deveria emitir sinais favoráveis à democratização das instituições cubanas. Suplicy defendeu ainda a inclusão de Cuba na futura Área de Livre Comércio das

Américas (Alca).

– Lula vai a Cuba como principal liderança da América Latina e isso tem maior significado por ele ser um presidente progressista, eleito com maioria absoluta. Isso dá a Lula uma legitimidade enorme, justamente porque demonstra ser



Suplicy defende a inclusão de Cuba na Alca

possível se chegar ao poder por meios democráticos mesmo apresentando um programa progressista – disse Suplicy.

O senador afirmou que Lula terá condições de levar mensagens especiais aos cubanos e considerou possível que o presidente traga para o Brasil as boas conquistas do regime socialista cubano, como a alfabetização universal e a qualidade da saúde. Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) também defendeu a democratização de Cuba.

Comissão de Relações Exteriores examina pauta de treze itens

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se na quinta-feira, às 10h, para examinar uma pauta de 13 itens, entre eles o projeto de lei (PLS nº 310/1995) do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que aperfeiçoa a legislação sobre a exportação de produtos sensíveis (equipamentos e matérias-primas que podem ser usados na fabricação de armas estratégicas). Consta ainda da pauta projeto (PLS nº 3/2002) do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-

AM) que permite a concessão de visto a estrangeiros com passaporte emitido por país com regime não reconhecido pelo governo brasileiro.

Outro dos projetos em análise na reunião da quinta-feira é o PLS nº 21/2002, do ex-senador Carlos Wilson, que muda a Lei dos Estrangeiros e só permite a expulsão ou extradição de estrangeiros em caso de indiciamento ou condenação, depois de encerrado o processo penal.

Subcomissão vota convocação do chanceler Celso Amorim

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, pode vir ao Senado para falar sobre o Tratado de Cooperação Amazônica à Subcomissão Permanente da Amazônia, que se reúne amanhã para votar requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM) nesse sentido.

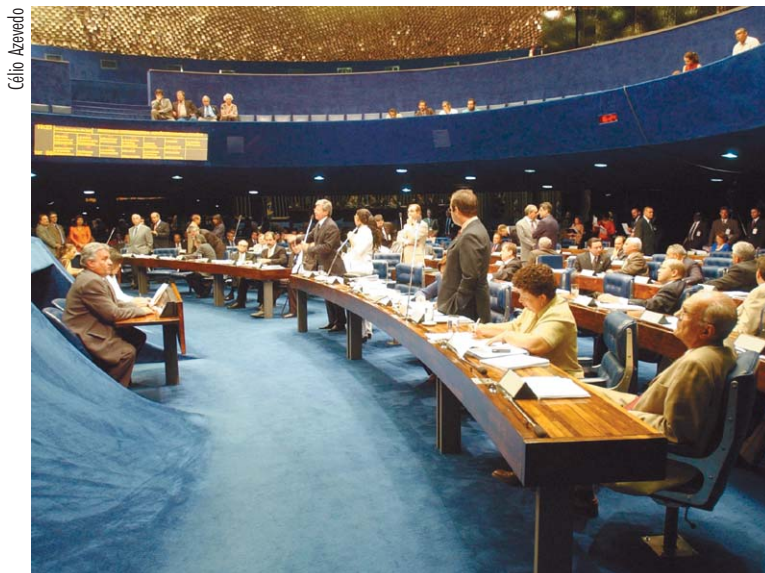
O tratado busca aumentar o emprego racional de recursos humanos e naturais da região, e foi assinado em 1978 entre Brasil, Bolívia, Colômbia,



Jefferson Péres: autor da proposta de convocação

Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

A subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), e é presidida por Jefferson Péres. Na última semana, a reunião foi cancelada em decorrência da votação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da PEC nº 67/2003, da reforma da Previdência, que aconteceu no mesmo horário.



NA FILA Se MPs e o projeto de conversão forem votados, o próximo item a ser apreciado é o que cria estímulos ao primeiro emprego

Duas MPs abrem pauta do Plenário de amanhã

Dois medidas provisórias e um projeto de lei de conversão seguem obstruindo a pauta do Plenário. Amanhã, a Medida Provisória nº 125/2003 será a primeira a ser discutida e votada. A matéria trata da instituição, no país, do Sistema de Certificação do Processo Kimberley (SCPK) para importação e exportação de diamantes brutos. O sistema se refere a um mecanismo internacional de certificação de origem dessas pedras preciosas. O principal objetivo do SCPK é evitar que, no comércio internacional, diamantes sem certificado de origem sejam usados para o financiamento de conflitos armados ao redor do mundo.

Com a aprovação dessa MP, ficaria proibida a entrada no Brasil de diamantes provenientes de áreas deflagradas, assim como a venda de diamantes brutos com origem não legalizada. Na avaliação do Executivo, ao instituir o SCPK e certificar a origem de seus diamantes, o Brasil passa a ter acesso ao mercado internacional da pedra preciosa.

Já a MP nº 126/2003, também na pauta de hoje, estabelece que a União assume a responsabilidade civil perante os danos causados por possíveis atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos contra aeronaves operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo.

O Projeto de Conversão nº 24/2003 dispõe sobre o Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica. A matéria é resultado da alteração, pela Câmara dos Deputados, da MP nº 127/2003, que estabelece um aporte de R\$ 9 bilhões às companhias distribuidoras de energia. Os recursos serão provenientes de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Se a pauta for desobstruída, o primeiro item a ser apreciado pelos senadores é o projeto de lei da Câmara (PLC nº 58/2003) que cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego.



IMOBILISMO Para Alvaro Dias, governo Lula não tem planejamento nem propostas

As altas taxas de juros e de desemprego, entre outros indicadores de que o país vive um período de recessão, levaram o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) a antever em Plenário, na sexta-feira, um cenário sombrio para o país no governo Lula. Para ele, não há planejamento ou propostas no governo, que, a seu ver, está imobilizado.

CAE vota medidas contra a lavagem de dinheiro

Inclusão de outros crimes como antecedentes é uma das medidas propostas pelo projeto de lei

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em reunião às 9h de amanhã, vota projeto de lei do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que apresenta inovações para o combate do crime de lavagem de dinheiro.

Entre as inovações da proposta (PLS nº 209/2003) está a inclusão como antecedentes à prática do crime de lavagem de dinheiro de seis novos delitos: financiamento do crime de terrorismo, contravenção penal, tráfico de seres humanos e lenocínio, crimes contra a ordem tributária e tráfico de animais – este último incluído em emenda da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

A matéria também determina que a quebra do sigilo bancário possa ser concedida a to-



AGILIDADE Valadares propõe acabar com o limite do valor da fiança, hoje de R\$ 240 mil

da a operação de investigação, não sendo necessária nova autorização judicial para cada novo suspeito ou envolvido que surgir no curso das apurações.

O projeto tem parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS) e ainda será votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a quem caberá a decisão terminativa sobre o assunto, a não ser que requerimento peça sua votação em Plenário.

Emenda apresentada pelo senador Valadares e também

acolhida pelo relator acaba com o teto pecuniário para a fiança estipulada pelo juiz. Esse teto é hoje de R\$ 240 mil.

Entre os três outros itens da pauta da CAE está também projeto do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) que determina a utilização de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) para financiar atividades de alfabetização de jovens e adultos. A matéria (PLS nº 33/03) teve substitutivo proposto pelo relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e ainda será votada em caráter terminativo pela Comissão de Educação.

O substitutivo permite a utilização dos recursos do Fundef por três anos após a aprovação da lei, apenas nos estados onde houver municípios cujo índice de analfabetismo seja superior à média nacional (14,9%). Os estados poderão reservar até 5% dos recursos recebidos do Fundef para o financiamento de programas de alfabetização de jovens e adultos.

Seis ministros podem comparecer ao Senado

Em reunião amanhã, às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprecia requerimento do senador Sibá Machado (PT-AC) para que o secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci, compareça a audiência pública para falar das iniciativas do governo para instituir os fóruns de desenvolvimento, participação e inclusão, destinados a estimular o controle social na formulação do Plano Plurianual de Investimentos (PPA)

para o período 2004-2007.

Constam da pauta requerimentos convocando mais cinco ministros: do Planejamento, Guido Mantega, para falar sobre o PPA; da Saúde, Humberto Costa, sobre recursos de seu ministério; da Educação, Cristovam Buarque, a respeito do programa Toda Criança na Escola; dos Transportes, Anderson Adauto, sobre a recuperação das estradas; e da Fazenda, Antonio Palocci, sobre o Orçamento de 2004.



AUDIÊNCIA Sibá Machado quer ouvir Luiz Dulci sobre os fóruns participativos do PPA

Alvaro Dias vê cenário sombrio para o Brasil

As altas taxas de juros e de desemprego, entre outros indicadores de que o país vive um período de recessão, levaram o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) a antever em Plenário, na sexta-feira, um cenário sombrio para o país no governo Lula. Para ele, não há planejamento ou propostas no governo, que, a seu ver, está imobilizado.

– O momento recessivo, a redução do consumo, as taxas recordes de desemprego e o crescimento das tensões sociais, no campo e nas cidades, nos permitem esboçar um cenário sombrio. Estamos assistindo ao agravamento da crise social brasileira – afirmou o senador.

Ele recordou que o governo foi eleito com promessas que "calaram fundo na alma dos

trabalhadores", dizendo, por exemplo, que criaria 10 milhões de empregos. Porém, essas promessas não são cumpridas e, em vez de emprego, disse, gerou os maiores índices de desemprego da história.

– O governo Lula foi eleito num estuário de promessas introjadas no inconsciente coletivo da população, que assiste, perplexa, à aprovação de

uma reforma previdenciária que atenta contra todos os postulados defendidos pelo PT em décadas de luta e pregação oposicionista – disse.

Até o programa Fome Zero, comentou Alvaro, "patina na inépcia dos órgãos encarregados de operacionalizá-lo". Para ele, o único setor do governo que funciona é o da publicidade governamental.

Lobão condena a participação de crianças em guerrilhas

A utilização de crianças em guerras e guerrilhas foi condenada, em discurso na sexta-feira, pelo senador Edison Lobão (PFL-MA). Ele abordou o assunto ao comentar relatório da organização não-governamental Human Rights Watch, divulgado no último dia 18, segundo o qual mais de 11 mil crianças integram atualmente na Colômbia as Forças Armadas Revolucionárias (Farc) e movimentos contrários a esse grupo.

Na opinião do senador, as crianças usadas pela guerrilha fazem lembrar os meninos das "perigosas favelas do Rio de Janeiro e São Paulo, uma vez que enfrentam violência, sofrimento, medo, morte e tortura como rotina de vida".

Lobão destacou que o uso de combatentes com menos de 15 anos é crime de guerra, conforme especialistas em Direito Internacional.



José Cruz

Pedro Simon homenageia dona Risoleta Neves

Ao homenagear dona Risoleta Neves, viúva de Tancredo Neves, recentemente falecida, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) observou uma "estranha coincidência": ela morreu em consequência de diverticulite, a mesma doença que vitimou seu marido, impedindo-o de assumir a Presidência da República.

Pedro Simon rememorou a eleição de Tancredo Neves, "que veio a coroar a luta pela volta do regime democrático", mas que, assinalou, deixou "um travo amargo" pelo fato de o candidato eleito não ter tomado posse. Conforme o senador, num gesto de patriotismo, Tancredo Neves insistiu em, primeiro, tomar posse para depois cuidar da saúde.



Waldemir Rodrigues

Mozarildo comenta pesquisa sobre a legislação para idosos

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) analisou pesquisa realizada pelo Serviço 0800 – A Voz do Cidadão sobre a legislação relativa ao idoso no país. De um total de mais de 14 mil brasileiros que contataram o serviço entre janeiro e maio, foram ouvidas 703 pessoas. Segundo o parlamentar, apesar do entusiasmo dos entrevistados com o Estatuto do Idoso, 38% julgaram as leis brasileiras que tratam dos cidadãos da terceira idade parcialmente



Roosevelt Pinheiro

adequadas, outros 38% consideraram-nas inadequadas e só 15% avaliaram-nas como adequadas. Mozarildo

disse acreditar que essa avaliação pode representar mais o descontentamento da sociedade pelo não cumprimento da legislação para os idosos.

Virgílio propõe voto de aplauso pela absolvição de Amina Lawal

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), apresentou sexta-feira requerimento solicitando que o Senado apresente voto de aplauso ao governo da Nigéria pela decisão de absolver Amina Lawal. Ela havia sido condenada à pena de morte por apedrejamento. O senador estendeu o pedido de cumprimentos – que ainda depende de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e do Plenário – ao Tribunal de Recursos Islâmicos de Katsina, que emitiu a sentença de absolvição.

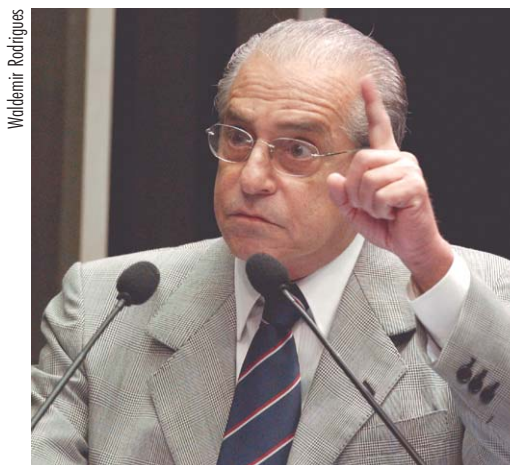
A homenagem, explicou o senador, deve-se ao fato de aquele tribunal e a Nigéria terem demonstrado sensibilidade ao clamor mundial contrário à condenação de Amina por ter concebido um filho fora do casamento. Virgílio disse que a condenação era injusta, em função de a gravidez ter sido decorrência de uma relação com um homem casado, tio de Amina, que a estuprou, sendo que o agressor não sofreu qualquer punição.

Tebet cobra transporte público de qualidade

■ Para melhorar serviço, ele sugere passagem mais barata, renovação da frota e menor preço do óleo diesel

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) cobrou do governo federal, em discurso na sexta-feira, a imediata adoção de uma política nacional para a melhoria do transporte urbano. Ele argumentou que transporte público é um direito do cidadão e tem que ser considerado como um serviço essencial, a exemplo da saúde, da educação e da segurança.

Na sua opinião, as três primeiras medidas a serem implementadas para melhorar o transporte público em todo o país seriam o barateamento dos preços das passagens, a re-



Waldemir Rodrigues

DIREITO Tebet: transporte é tão essencial quanto os serviços de saúde e educação

novação da frota dos ônibus e a redução dos custos do óleo diesel. Para isso, o governo necessita subsidiar todo o sistema, observou

Ramez Tebet reconheceu que o transporte público enfrenta uma grave crise, principalmen-

te nos grandes centros. Atualmente, recordou, até os trabalhadores formais estão preferindo dormir no próprio trabalho durante a semana, ou em locais próximos, porque não têm dinheiro para voltar para casa todos os dias.

– O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) avalia que, hoje, 56 milhões de pessoas no Brasil não podem se-

quer pagar uma passagem de ônibus. São os sem-transporte.

O parlamentar também pediu liberação de verbas para recuperar as estradas federais. Tebet disse que em seu estado, Mato Grosso do Sul, as rodovias estão intransitáveis.

Jucá destaca importância do Amazontec para região

A realização em Manaus, no último fim de semana, do 3º Encontro da Amazônia sobre Ciência e Tecnologia (Amazontec) foi destacada em Plenário pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR). Coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o evento, segundo o parlamentar, contou com a participação de todos os estados da região e várias entidades de pesquisa.

– É importante que isso seja feito. É preciso buscar tecnologia, fortalecer as universidades e encontrar mecanismos

para que a Amazônia possa encontrar o desenvolvimento auto-sustentável respeitando o meio ambiente, as comunidades indígenas, a biodiversidade, e também a qualidade de vida da família da Amazônia, que precisa ter essa oportunidade – afirmou.

Em aparte, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) lembrou a importância de se protegerem as comunidades indígenas e o meio ambiente.

Jucá também aplaudiu a instituição, pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), da Coordenação Especial para o Programa de Integração Física Sul-Americana. Ca-



José Cruz

ESFORÇO Evento busca soluções para o desenvolvimento da Amazônia, afirma Romero Jucá

berá ao órgão estudar o financiamento de projetos que ajudem a integrar a América do Sul, criando mecanismos para harmonizar e unir os países da região. A direção ficará a cargo do técnico brasileiro Mauro Marcondes Rodrigues.

Suplicy apóia posição de Marina Silva

Em nome da liderança do PT, o senador Eduardo Suplicy (SP) manifestou, em discurso no Plenário, seu apoio à posição adotada pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em relação à medida provisória que autorizou o plantio de soja transgênica no Brasil.

Ele afirmou que a ministra é uma das pessoas que mais estudaram a questão dos transgênicos, para acrescentar que

“a sua preocupação com a saúde das pessoas e com o meio ambiente é das mais legítimas e importantes”.

Depois de informar que, na última sexta, às 12h, haveria um ato de solidariedade à ministra, por sua luta em torno dos cuidados que devem ser tomados com os transgênicos, Suplicy lembrou que Marina Silva conversou várias vezes com o presidente da República

em exercício, José Alencar, sobre o assunto. O senador registrou que os deputados federais Fernando Gabeira (PT-RJ) e Nelson Pellegrino (PT-BA) e o deputado estadual Frei Sérgio (PT-RS) também trataram do problema com José Alencar.

Segundo Suplicy, as iniciativas adotadas pela ministra Marina Silva têm dignificado o Ministério do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Luiz Otávio defende legalização dos camelôs

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) defendeu em Plenário, na sexta-feira, a inclusão na proposta de reforma tributária, a ser examinada pelo Senado, de dispositivo tornando legal a atividade do vendedor ambulante, mais conhecido como camelô. Segundo informou, milhões de brasileiros trabalham na informalidade, gerando emprego e renda.

Ele sugeriu que o governo, a exemplo do que fez com as micro e pequenas empresas rurais, abra, de imediato, uma linha de crédito para os vendedores ambulantes



Luiz Otávio: somente em Belém do Pará há 300 mil pessoas ambulantes

tes espalhados por todo o país, a fim de que possam crescer e prosperar.

Somente na região metropolitana de Belém, conforme informou Luiz Otávio, mais de 300 mil pessoas trabalham e sustentam suas famílias vendendo mercadorias nas ruas. O senador elogiou a decisão do governo do Distrito Federal de criar a chamada Feira dos Importados, também chamada de Feira do Paraguai, dando as mínimas condições de infraestrutura para que os camelôs possam trabalhar.

Virgílio critica doação feita por Lula à ONU

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), criticou na sexta-feira a doação de US\$ 55 mil feita pelo presidente Lula para o Fundo Mundial de Combate à Fome.

– País rico é assim mesmo. Afinal, no Brasil, não há ninguém passando fome e, por isso, podemos ir distribuindo dinheiro também à miséria global – criticou.

Arthur Virgílio referiu-se ainda ao fato de, “na área da propaganda e do marketing”, a Radiobrás ter veiculado notícia segundo a qual Lula havia dito ao presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, que o Brasil não quer tratamento de segunda classe, mas sim ser tratado de igual para igual ao negociar com aquele país na área comercial.

O senador do Amazonas acrescentou que “essa propaganda” de nada vale lá fora, e, internamente, “no máximo vai tapeando”. Ele relatou que os três grandes jornais norte-americanos – *The New York Times*, *Washington Post* e *USA Today* – sequer citaram o nome nas edições do dia seguinte.

Arthur Virgílio questionou o governo sobre quando começará a agir, criticou o estado em que se encontram as rodovias brasileiras e disse que queria saber qual a situação atual do programa Fome Zero.

Gastos com viagens oficiais, nomeações de candidatos derrotados nas últimas eleições e a proposta de reforma tributária encaminhada ao Congresso pelo governo também foram alvos de críticas do líder do PSDB.

Mão Santa culpa governo pelo alto desemprego

■ Senador lembra que o problema é causador da maioria das mazelas sociais, como a fome e a miséria

O senador Mão Santa (PMDB-PI) manifestou na sexta-feira sua preocupação com as taxas de desemprego e cobrou do governo medidas capazes de enfrentar o problema. Para ele, o desemprego é a causa principal dos males sociais e econômicos do país, deve ser combatido com vigor e assumido como prioridade.

– O presidente Lula precisa prestigiar o trabalho, que deve vir antes das viagens, se ele quiser ver seu povo feliz e satisfeito. Quem não trabalha não merece ganhar para comer, já dizia o apóstolo Paulo. A grande



OPÇÃO Mão Santa sugeriu ao presidente que priorize combate ao desemprego do país

reforma que está chegando é a do PT enterrando o trabalho e se tornando o Partido do Desemprego – criticou o senador.

Como médico, Mão Santa disse que o trabalho é indicado como terapia em vários diagnósticos de depressão e de outras doenças. Lembrou tam-

bém que é pelo trabalho que o homem consegue suprir as demais necessidades, de maneira digna.

– Está feito o diagnóstico da causa dos problemas do país, que é o desemprego. Ele é o causador, pois é dele que vem a fome e as demais misérias sociais. A culpa pelo elevado índice de desemprego é do governo, que não cria as condições mínimas para gerar mais vagas – frisou o senador.

Mão Santa também criticou a utilização, pelo governo, de técnicas de comunicação para melhorar a imagem governamental. Ao concordar com a idéia do senador Mão Santa de que uma boa propaganda não basta para que um governo alcance sucesso, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), lembrou que, por qualquer metodologia, o Brasil está batendo recorde de desempregos.

Eurípedes quer valorizar mestre-de-obras

Trabalhador da construção civil em Brasília durante muitos anos, o senador Eurípedes Camargo (PT-DF) defendeu na sexta-feira, em Plenário, a regulamentação das profissões de mestre-de-obras e encarregado de obras. Ele já apresentou projeto de lei com esse conteúdo (PLS nº 18/2003) e anunciou que vai requerer a realização de audiência pública sobre o assunto, para que sua proposta tenha a eficácia desejada.

A regulamentação da profissão, na opinião de Eurípedes Camargo, é uma forma de garantir a qualificação da mão-de-obra e de combater a precariedade e a informalidade das relações trabalhistas. Assim, o

senador sugere que o trabalho como mestre-de-obras e encarregado seja exercido somente por aqueles que tenham habilitação em cursos oficiais ou que comprovem estar no exercício da profissão por pelo menos três anos até a publicação da nova norma.

– Organizar uma obra hoje é tarefa complexa. São diversos funcionários, várias tarefas e prazos rigorosos a serem cumpridos, exigindo do mestre-de-obras ou encarregado, respon-



Regulamentação vai garantir melhor mão-de-obra, disse Eurípedes

sáveis pela fiscalização e supervisão da obra, habilitações específicas – declarou Eurípedes Camargo.

Na sua proposta, o senador detalha ainda que o currículo dos cursos de formação profissional voltados para mestres-de-obras e encarregados deve pre-

ver aulas práticas e estágios. O senador Mão Santa (PMDB-PI) cumprimentou Eurípedes Camargo pelo pronunciamento e sua preocupação com o trabalho.



Camata propõe aumentar a segurança para os motoristas de táxi

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai analisar projeto do senador Gerson Camata (sem partido-ES) que obriga a instalação de indicativo luminoso de segurança nos táxis. O dispositivo seria colocado em local de grande visibilidade no veículo e poderia ser acionado facil-

mente pelo motorista em situações suspeitas ou de perigo.

“Pelas características do trabalho, contato com o público em geral, corridas em itinerários diferenciados, que podem incluir subúrbios pouco habitados ou locais arriscados e, ainda, os horários noturnos, a profissão de motorista de táxi

apresenta condições que expõem esses profissionais a situações reais de perigo”, explicou o senador em seu projeto.

Pesquisa da Confederação Nacional do Transporte (CNT), citada por Camata, aponta que 58,4% dos taxistas acreditam ser o item “assaltos/roubos” o principal problema que aflige a

categoria.

O projeto, de nº 402/2003, tramita em caráter terminativo. Se aprovado na CCJ, segue direto para a análise pela Câmara dos Deputados, salvo se houver requerimento de pelo menos nove senadores para que o Plenário vote a proposta.

CIDADANIA ESPECIAL

Ano I - Nº 3 - Jornal do Senado - Brasília, segunda-feira, 29 de setembro de 2003

Crianças desaparecidas, uma tragédia brasileira

Nesta terceira edição do **Especial Cidadania**, publicamos 36 fotos de crianças e adolescentes desaparecidos. Eles fazem parte de uma triste estatística: cerca de 20 mil ocorrências de desaparecimento de crianças e adolescentes são registradas nas delegacias em todo o país, a cada ano. Segundo dados oficiais, a grande maioria dos casos

são resolvidos - cerca de 15% continuam sem solução.

Para ajudar a reverter esse quadro, o governo federal criou a Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, um cadastro nacional que auxilia na busca e localização dos desaparecidos. A rede funciona em colaboração com as

ações desenvolvidas por delegacias especializadas, organizações não-governamentais e instituições de atendimento à infância.

No site da rede na Internet, é possível obter informações, pesquisar e registrar os desaparecimentos. Para informar sobre os desaparecidos, há um 0800 gratuito. Sua colaboração é muito importante.

www.desaparecidos.mj.gov.br - 0800-995500 - Rede Nacional: (61) 429-9336



Nome
Dalbert Dalmas Nascimento Gondin
Nascimento
14/7/1987
Desaparecimento
3/9/2000
Local
Manaus (MA)



Nome
Claudiane Lopes Neto
Nascimento
1/1/1986
Desaparecimento
8/8/2000
Local
Jaru (RO)



Nome
Jorge Leandro de Souza Silva
Nascimento
21/8/1985
Desaparecimento
7/7/2002
Local
Porto Velho (RO)



Nome
Analison Miguéias Silva de Carvalho
Nascimento
22/7/1989
Desaparecimento
25/6/2003
Local
Brasília (DF)



Nome
Damodara Pryia Soares dos Santos
Nascimento
8/10/1986
Desaparecimento
28/6/2003
Local
Goiânia (GO)



Nome
Francielle Dias Vieira
Nascimento
23/12/1988
Desaparecimento
25/6/2003
Local
Goiânia (GO)



Nome
Jean Carlos Pereira de Amorim
Nascimento
17/2/1982
Desaparecimento
20/4/1999
Local
Goiânia (GO)



Nome
Jhony Fernandes Miranda
Nascimento
28/5/1986
Desaparecimento
16/11/1992
Local
Goiânia (GO)



Nome
Macvaldo Matos Gomes
Nascimento
16/2/1989
Desaparecimento
23/12/2002
Local
Goiânia (GO)



Nome
Charles Pinto de Araújo
Nascimento
3/5/1990
Desaparecimento
11/5/2002
Local
Brasília (DF)



Nome
Dandara Gonçalves Xavier
Nascimento
13/10/1987
Desaparecimento
26/8/2003
Local
Brasília (DF)



Nome
Maria Alice Vicente Ferreira
Nascimento
4/2/1996
Desaparecimento
15/4/2003
Local
Olinda (PE)



Nome
Moisés Alves da Silva
Nascimento
1º/1/1996
Desaparecimento
9/11/1998
Local
Natal (RN)



Nome
Bruno Ricardo dos Santos Ferreira
Nascimento
13/9/1996
Desaparecimento
6/3/2003
Local
Ferreiros (PE)



Nome
Wilson Faustino Santiago
Nascimento
2/7/1986
Desaparecimento
19/7/2003
Local
Recife (PE)



Nome
Elizane da Silva Oliveira
Nascimento
5/2/1992
Desaparecimento
29/12/2000
Local
Brasília (DF)



Nome
Danúbia da Conceição Farias
Nascimento
28/3/1988
Desaparecimento
16/5/2001
Local
Recife (PE)



Nome
Carla Emanuelle Augusta da Silva
Nascimento
30/9/1987
Desaparecimento
5/3/1999
Local
Belo Horizonte (MG)



Nome
Ana Catharina Nascimento Ferrer
Nascimento
29/8/1984
Desaparecimento
29/12/1989
Local
Parnaíba (PI)



Nome
Gleisy Kelly Pereira de Oliveira
Nascimento
29/10/1990
Desaparecimento
28/7/2003
Local
Recife (PE)



Nome
Aline de Jesus Rodrigues
Data de Nascimento
6/8/1985
Desaparecimento
2/4/2002
Local
Rio de Janeiro (RJ)



Nome
Walisson Meireles de Siqueira
Nascimento
20/8/1985
Desaparecimento
23/10/2001
Local
Goiânia (GO)



Nome
Jefferson Antônio da Silva
Data de Nascimento
1º/9/1991
Desaparecimento
23/4/2002
Local
Recife (PE)



Nome
Carlos André Arcenio Santos
Nascimento
4/10/1985
Desaparecimento
9/11/2002
Local
Belford Roxo (RJ)



Nome
Ranara Lorrane Alves de Melo
Nascimento
11/05/1990
Desaparecimento
25/11/2001
Local
Brasília (DF)



Nome
Bruno Marques da Silva Santos
Nascimento
11/6/1990
Desaparecimento
1º/6/2001
Local
Brasília (DF)



Nome
Caroline Menezes Cardoso
Nascimento
9/12/1994
Desaparecimento
13/4/2003
Local
Rio de Janeiro (RJ)



Nome
Cleiton Roberto Bernardo da Silva
Data de Nascimento
2/11/1985
Desaparecimento
15/5/2002
Local
Rio de Janeiro (RJ)



Nome
Felipe Alves da Mota
Nascimento
9/4/1988
Desaparecimento
31/3/2002
Local
Rio de Janeiro (RJ)



Nome
Flávio Albino
Nascimento
31/5/1984
Desaparecimento
29/10/1999
Local
Rio de Janeiro (RJ)



Nome
Fabiana Schuster da Silva
Nascimento
19/11/1986
Desaparecimento
20/6/2002
Local
Lajeado (RS)



Nome
Mario Fernando Medina da Silva
Nascimento
18/7/1988
Desaparecimento
13/6/2002
Local
São Leopoldo (RS)



Nome
Felipe André Aquino de Souza
Nascimento
9/10/1993
Desaparecimento
9/5/2000
Local
Brasília (DF)



Nome
Aston Alisson da Silva
Nascimento
1º/12/1990
Desaparecimento
3/4/1994
Local
São Carlos (SP)



Nome
Fabiana Esperidião da Silva
Nascimento
9/1/1982
Desaparecimento
23/12/1995
Local
São Paulo (SP)



Nome
Humberto Silas Cruz
Nascimento
14/7/1987
Desaparecimento
4/11/1995
Local
São Paulo (SP)